

Ministério Público denuncia por fraudes a licitações cinco ex-prefeitos e mais dez pessoas investigadas a partir da Operação Casa de Papel

Criminal

Postado em: 16/03/2021

Indícios coletados nas investigações indicam que, ao menos a partir de 2013 e até 2020, um grupo de empresários teria constituído organização criminosa para praticar crimes contra a administração pública.

O Ministério Público do Paraná, por meio do núcleo de Londrina, no Norte-Central do estado, do Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria) ofereceu na sexta-feira, 12 de março, denúncia no Juízo Criminal de Astorga contra 15 pessoas investigadas a partir da Operação Casa de Papel. Conforme a denúncia, os indícios coletados nas investigações indicam que, ao menos a partir de 2013 e até 2020, um grupo de empresários teria constituído organização criminosa para praticar crimes contra a administração pública, especialmente fraudes em processos licitatórios em diferentes municípios paranaenses, de forma reiterada, em benefício de empresas e particulares. O chefe da organização manteria vínculos com agentes públicos e servidores com cargos estratégicos, responsáveis pela deflagração dos procedimentos de licitação nesses municípios. A denúncia apresenta oito fatos criminosos (envolvendo fraudes em procedimentos licitatórios e em contratações diretas) praticados pelo grupo, em possível conluio com o ex-presidente da Câmara Municipal de Astorga (no biênio 2015-2016) e com os ex-prefeitos de Cambira, Sabáudia, Santo Inácio, Centenário do Sul e Pitangueiras (todos do mandato 2013-2016), que se utilizavam de empresas de fachada e "laranjas" para praticar os crimes. Veja textos anteriores sobre a Operação Casa de Papel: 21/12/2020 - Em Londrina, Ministério Público do Paraná apresenta denúncia contra 13 pessoas investigadas na Operação Casa de Papel por fraudes a licitações 23/07/2020 - Na Operação Casa de Papel, Gaeco e Gepatria cumprem sete mandados de busca em três cidades em investigação de fraude a licitação

Informações para a imprensa

Assessoria de Comunicação

comunicacao@mppr.mp.br

(41) 3250-4264